

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONCIDADE-BC/2018

ATA (21/06/2018)

Ao vigésimo primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às dezoito horas e cinco minutos, na Câmara de Vereadores, situada na Avenida das Flores, 675, no Bairro dos Estados, realizou-se a primeira reunião extraordinária, deste ano, do Conselho da Cidade na presença dos seguintes membros: Rubens Spernau (Presidente), Carlos Haacke (T), George Varela (T), Anderson dos Santos (T), George Varela (T), Fabiana T. Buhner (T), Edson Kratz (T), Altamir Teixeira (T), Douglas Costa Beber Rocha (T), Maria Heloísa Lenzi (T), Alex Haacke (S), Clayton Schotten (T), Fernando Mazzola (S), Lúcia Fernandez (T), Maria Ester Menegasso (S), Paulo Remy Endress de Farias Filho (T), Jair R. Palmeira (T), Bruno Nitz Neto (T), Eliane Colla (S), Fabiane Schindwein (T), Marcos E. Krzisch (S) e Alex Pressi (T). O presidente Rubens Spernau apresentou-se, fez a abertura da reunião extraordinária e justificando, ser a sua primeira reunião, solicitou que o vice-presidente, Sr. Edson Kratz, conduzisse a reunião. O Sr. Edson tomou a palavra, colocou em apreciação a ATA do dia 03/05/2018 (três de maio de dois mil e dezoito), não havendo manifestações contrárias, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, leu a pauta da reunião, publicada no Jornal DIARINHO, no dia oito de junho de dois mil e dezoito, sendo: Item 1. Apresentação do **Projeto de Proteção Costeira e Alimentação Artificial da Praia**, para manifestação deste Conselho, conforme condicionante específica da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2739/2018 emitida pela FATMA (item 1 – página 16), quanto a “ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL DA PRAIA CENTRAL COM A REURBANIZAÇÃO DO CALÇADÃO”, para a implementação na Praia Central de Balneário Camboriú – coordenada plana: UTM X 735186 – UTM Y 7012587; Item 2. Deliberação quanto ao Parecer nº 013/2018 – CEIV, referente ao Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento comercial G. Meirinho Empreendimentos Imobiliários Ltda., considerado empreendimento de impacto por estar localizado em área com mais de 10.000 m², conforme artigo 53, inciso I da Lei Municipal 2794/2008; a ser implantado no terreno sob DIC nº 28322, situado à Rua Aqueduto, nº 290 –



Bairro dos Estados, com área construída de 395,54 m<sup>2</sup>, composto de dois pavimentos (térreo e mezanino); Assuntos Gerais. Na sequência, fez agradecimentos à participação da Arq. Lúcia Fernández como membro do Conselho da Cidade e pela sua participação ativa nos debates. A Sra. Lúcia agradeceu e despediu-se do Conselho, por ser a sua última reunião, mas que em breve voltaria a participar. Passando a palavra às representantes do empreendimento comercial G. Meirinho Empreendimentos Imobiliários Ltda., a Sra. Giordana, Engenheira Ambiental, fez a apresentação do empreendimento, tratando-se de um estúdio para atividades físicas, que funcionará em uma edificação executada em estrutura pré-moldada de 395,54 m<sup>2</sup>, explanou sobre a localização, acessos, forma de funcionamento, impactos a serem considerados e medidas a serem implantadas. Finalizada a apresentação, o Sr. Edson abriu espaço para o debate, o Sr. Paulo questionou se haveria algum projeto para a implantação de via pública, no local do empreendimento, Sr. Edson respondeu que não. Não havendo mais manifestações, foi nomeado o relator do processo do Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento G. Meirinho Empreendimentos Imobiliários Ltda., o representante da EMASA, neste ato o Sr. Carlos Haacke. Foi esclarecido que não haveria reunião ordinária no dia cinco de julho, em virtude de não haver pauta para publicação do convite com quinze dias de antecedência, conforme dispõe o Regimento Interno do ConCidade-BC. Foi iniciada a apresentação do **Projeto de Proteção Costeira e Alimentação Artificial da Praia Central com a Reurbanização do Calçadão** pelo Sr. Edson, visto que o Arq. Sérgio Gollnick, responsável pela apresentação, teve um imprevisto no trânsito. Apresentou um breve histórico sobre o Projeto de Alimentação Artificial da Praia Central, que se iniciou na década de noventa, mencionou que o projeto é público e está disponível no site da Prefeitura, já teve Audiência Pública referente ao EIA/RIMA no ano de dois mil e quinze. Em abril, por parte do IMA, antiga FATMA, através da emissão da Licença Ambiental Prévia nº 2739/2018, vieram outras condicionantes, entre elas a Condicionante Específica da LAP, citada na página 16, "Item 1. Apresentar manifestação do Conselho da Cidade, quanto a alimentação artificial da Praia Central com a reurbanização do calçadão.". Passada a palavra ao Arq. Sérgio Gollnick, ele deu continuidade a apresentação: citou um exemplo próximo de alimentação artificial da praia em Balneário Piçarras, que está cumprindo com a sua função de proteção costeira e, com a faixa de areia



com balneabilidade. Falou sobre os eventos naturais que agredem as costas brasileiras, com a ocorrência de degradação de patrimônios públicos e privados, principalmente na região sul que foram sacrificadas em torno de oito praias. O projeto de Balneário Camboriú vem sendo discutido desde 1999, com a elaboração de quatro projetos. Comentou sobre os eventos erosivos que ocorreram e mudaram o perfil da costa, mesmo os eventos sendo menores em BC, eles “achataram” a praia, levando a areia, sem ter a capacidade natural de recuperação devido a sua ocupação. Afirmou que o projeto foi elaborado considerando o perfil de origem da praia, tanto da parte exposta, quanto da submersa, estando a trezentos metros a linha de fechamento da praia, a ideia do projeto atual é conseguir recuperar o estágio original da praia da década de sessenta. Seguindo, o Arq. Sérgio citou outros eventos combinados, além dos erosivos, as marés altas, as ressacas, as enxurradas que fazem uma espécie de lixiviação da praia e, o transbordamento de águas pluviais (estas, fazem a lavagem da superfície da praia com carreamento da areia), em função da impermeabilização das superfícies pelas construções. Acrescentou que foram realizados levantamentos batimétricos, um no ano de mil novecentos e noventa e nove e, outro em dois mil e dezessete, fazendo o comparativo dos dois, foi verificada a mudança do perfil da areia, com a redução da faixa de areia. Exemplificou outros casos de alimentação da faixa de areia, tais como a Praia de Piçarras, Praia de Miami, Panamá Beach. Na sequência apresentou um corte genérico do perfil do que se pretende com a Praia Central de Balneário Camboriú, considerou sobre a análise da capacidade do projeto absorver a quantidade de pessoas que circulam na praia, considerando que hoje a faixa de pedestres no calçadão é muito estreita. Mencionou que a galeria da Avenida Atlântica está afogada em alguns pontos, precisando ser redimensionada e construída, de forma que o excedente de água da galeria não venha a fazer a lixiviação da areia da praia, que seja canalizado para os rios localizados nas duas extremidades da praia. Falou da previsão em projeto de alguns itens, tais como: faixa de até quinze metros para ampliar a área de calçadão (com a ciclovia incorporada), implantação de estruturas de proteção, galeria para retenção de água, galeria de serviço (para a fiação elétrica, cabeamento), enrocamento de proteção, inserção de vegetação (reconstituição da restinga) e, elementos do projeto de resiliência (sendo a resiliência a capacidade de conviver com o desastre). O Arq. Sérgio mencionou que o Brasil já aderiu a um protocolo, onde em todos



os projetos urbanos devem constar um plano de resiliência. Para cidades que sofrem eventos costeiros ou eventos de enchentes recorrentes, têm uma recomendação mais incisiva sobre essa resiliência. O Arq. Sérgio colocou-se a disposição se alguém quisesse maiores detalhes do projeto, que entrasse em contato com ele. Considerou que o projeto executivo foi elaborado através de modelagens matemáticas, por um software de modelagem, trazendo todos os elementos de projetos que são necessários para a constituição da alimentação artificial da praia, tais como a granulometria da areia, sendo que este elemento influencia na característica da praia, mantendo a forma mais suave, uma areia mais densa e, agradável para caminhar. Disse que se fez consulta aos oceanógrafos, eles sempre irão indicar uma areia mais grossa, por ser uma areia mais resistente, com a finalidade de proteção costeira, porém, nesse caso dá a forma de uma praia de tombo (praia íngreme), foi escolhida uma areia de jazida próxima, com granulometria adequada a manter as características originais da praia, com o volume em torno de dois milhões de metros cúbicos. Explicou que o processo construtivo da praia é através de um sistema mecânico, através de dragas autotransportadoras, estas, em alto mar, dragam uma quantidade de areia, armazenando em seu reservatório (cisterna), transportam até às proximidades da praia e, bombeiam essa areia depositando na praia, na sequência, a areia é espalhada pelas máquinas. O valor estimado, da alimentação artificial da praia compreendendo dois milhões e trezentos metros cúbicos de areia, é de cento e onze milhões de reais, valor baseado em tabela oficial do DNIT. O Arq. Sérgio se colocou a disposição para responder aos questionamentos. Esclareceu que a obra de engordamento é muito rápida, com a provável duração de quatro meses, tendo um período que antecede o início com mobilização e desmobilização. Normalmente, para a execução da obra, é realizado um seccionamento da praia, sendo realizada a obra de quinhentos em quinhentos metros. A draga a ser utilizada será com um volume de até cinco mil metros cúbicos. Questionado, pela Sra. Eliane Colla, se a obra poderia afetar a Praia de Laranjeiras, respondeu que não, a areia colocada na enseada da Praia Central ficará na região. O presidente Rubens Spernau colocou que a praia é uma proteção da orla, costumamos vê-la somente como ambiente de lazer, mencionou que três vezes caiu parte da Avenida Atlântica, ainda quando era prefeito, na época foi feita uma proteção emergencial da praia, que não foi ideal, ressaltou que as pessoas pensam que o poder público só estaria



preocupado com o lazer, mas na verdade essa obra é uma proteção da nossa costa. A Conselheira Maria Heloisa mencionou o quanto esse processo tem amadurecido ao longo dos anos e, o quanto está sendo tratado com seriedade, a fim de fazer um processo seguro. O Sr. George fez o questionamento se haverá a perda de calado, entre a praia e a ilha, respondido que não interferirá, que a linha de fechamento da praia não irá mudar, para isso foi feita uma modelagem específica para avaliar essa situação. Sr. Jair elogiou o projeto e disse ser necessário para a cidade, ressaltou a preocupação com a mobilidade durante a realização dos trabalhos, foi respondido que não terá impacto no sistema viário durante a alimentação da praia, somente na chegada (no início da obra) e, na saída das máquinas (término da obra de alimentação), sendo de três tratores com esteiras e, uma escavadeira hidráulica. A Arq. Lucia perguntou em qual período do ano será executada a obra, foi respondido, que conforme condicionante da LAP, entre os meses de março e novembro. O Sr. Carlos Haacke fez duas colocações, primeira sobre a necessidade da obra, segunda, se há previsão para iniciar as obras do Molhe Norte para este ano, foi respondido que sim, estando com duas pendências, sendo contratar um programa ambiental básico para o Mole e, fazer duas modelagens (a influência da cunha salina dentro do Canal do Marambaia e a influência do Molhe em relação à Praia do Cocco), após isso poderá ser licitada a obra. A Arq. Lúcia questionou sobre as duas galerias no projeto, se a galeria para coleta de águas seria para pluvial ou ressacas, foi respondido que para águas pluviais, que no caso de saturação dessa galeria, essas águas serão direcionadas para o Marambaia e Rio Camboriú. Perguntou também, como chegarão essas águas e qual o impacto na foz do Rio Camboriú e no Marambaia, respondido que as águas já chegam, não tendo acréscimo de volume de água, a galeria prevista é de contenção, retenção e dispersão, proporcionando um tempo de recorrência, dimensionada com o tamanho de seis metros por três metros e meio (6,00 x 3,50 m), tendo um sistema de microdrenagem eficiente, dificultando a entrada das águas nas edificações. A Arq. Lúcia questionou como resolver a distribuição de pessoas e veículos, em ruas onde o gabarito não será alterado, o Sr. Rubens Spernau respondeu que o projeto está pensado para pessoas e não para veículos. O Sr. Marcos perguntou se serão minimizados os efeitos das ressacas em pontos que sofrem mais durante a ocorrência das mesmas, foi respondido que sim, na construção da praia, ela será retilínea, o sistema natural (através das



correntes) criará côncavo e convexo, mas o volume de areia será suficiente para fazer o equilíbrio. O Sr. Miro falou sobre a necessidade dessa obra, pois considera que a Praia Central está na “UTT”, devendo ser feita uma reestruturação da ciclovia e da circulação do transporte público, para que haja espaço de qualidade e mais segurança às pessoas. A Sra. Maria Goreti colocou que não será o alargamento da faixa de areia que irá tirar a praia da “UTT”, pois há dois problemas a serem resolvidos: o Rio Camboriú e Rio Marambaia, considerou que os mesmos estão comprometidos pelo esgoto despejado diretamente nos leitos. Questionou se na escala de prioridades, a obra de alimentação artificial seria a primeira prioridade ou, salvar os rios seria mais importante. Foi dada a palavra ao Sr. Carlos Haacke, representante da EMASA, este falou do trabalho que vem sendo feito com a finalidade de combater as ligações clandestinas de esgoto, frisou que existe uma falta de consciência muito grande por parte da população, pois mesmo após notificações, para a correção da ligação clandestina, não efetuaram as correções das irregularidades. O Sr. Edson Kratz disse que a vida dos rios é uma necessidade para a nossa cidade e, que o governo tem o comprometimento de mudar o cenário atual. O Sr. Rubens mencionou que no ano de 2005, quando era prefeito de Balneário Camboriú, foi feita a proposta de uma parceria com o governo de Camboriú para a implantação do tratamento do esgoto, não sendo aceita pelo governo de Camboriú. A Sra. Eliane perguntou se a obra já foi licitada, foi respondido que não foi licitado, o edital só será lançado depois da obtenção dos recursos e da Licença Ambiental de Instalação (LAI). O Sr. Alex Haacke perguntou se será preciso fazer o Molhe Norte antes do início da obra de Alimentação da Praia Central e, qual a espessura da camada de areia a ser colocada, o Arg. Sérgio respondeu que se faz necessário o Molhe para ter o equilíbrio da saída da água do Rio Marambaia, pois funcionará como uma espécie de contenção ajudando na estabilidade da praia. Em relação à espessura da camada de areia, será em torno de dois metros, na Barra Sul, será um pouco mais alta para proteção costeira. O Sr. Bruno disse ansiar por ver essa obra pronta, assim como a população, questionou sobre o que falta para poder iniciar o processo de licitação, respondido pela Sra. Maria Heloísa, disse que faltam os estudos complementares para a jazida, estudos ambientais para a obra, entre outras condicionantes citadas na LAP. O Sr. Edson comentou que o planejamento para início da obra é para março de 2019, com o início do processo licitatório



ainda em 2018. O Sr. Paulo Farias fez os seguintes questionamentos: qual a quantidade em metros cúbicos de areia será trazida da jazida para a praia; com a elevação média de um metro, a movimentação da areia não irá atrapalhar o atracamento de navios de cruzeiro, na Barra Sul; a movimentação da areia criará poeira para a vizinhança; em Copacabana tem um degrau na areia da praia, isso irá acontecer na Praia Central; na Barra Sul será feito um alargamento maior, não atingirá o Restaurante Flutuante; haverá o acesso de pessoas à Ilha das Cabras, se a profundidade entre a Ilha e a praia for reduzida pela obra. O Arq. Sérgio respondeu aos questionamentos: quantidade de areia de 2.135.000 m<sup>3</sup>, os navios atracam em local distante da área de intervenção; o incômodo na vizinhança dificilmente ocorrerá, pois a areia é úmida e a própria restinga terá a função de segurar a areia evitando a dispersão; não irá acontecer conforme na Praia de Copacabana, visto que lá tem uma base diferente, há trezentos metros de largura de rocha, não tinha praia, eles avançaram com a areia para dentro do mar, criando uma faixa de areia, com outro agravante, a aplicação de areia grossa, em Balneário Camboriú será usada areia com granulometria adequada para que isso não ocorra; em relação ao alargamento na Barra Sul, essa parte da alimentação artificial foi apenas modelada, mas não tem projeto e nem licenciamento para isso; sobre a profundidade, entre a Ilha e a praia, não será alterada. Com a palavra o Sr. Anderson, perguntou se o tipo de equipamentos, a serem usados pela empresa ganhadora da licitação, poderá influenciar na qualidade da obra. O Arq. Sérgio respondeu que está sendo definida uma draga com transporte mínimo, para cumprir com o limite máximo de execução da obra de alimentação de seis meses, assim terá que ter um equipamento de no mínimo dois mil e quinhentos metros cúbico de cisterna, senão que o tempo não determina a qualidade da obra, mas o material sim. A Conselheira Fabiana perguntou se a obra influenciará no tipo de onda na praia, se haverá alteração. O Arq. Sérgio respondeu que, após levantamento dos pontos onde os surfistas pegam onda, foi feita a modelagem matemática para os locais e, nenhum sofrerá alteração negativa, podendo em alguns lugares nascerem algumas ondas mais próximas. O vice-presidente, Sr. Edson Kratz, repetiu sobre a necessidade da formalização referente à condicionante da LAP (Licença Ambiental Prévia) com a apresentação do **Projeto de Proteção Costeira e Alimentação Artificial da Praia**, para manifestação deste Conselho, conforme determina a condicionante específica da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº

2739/2018, emitida pela FATMA (item 1 – página 16), quanto a “ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL DA PRAIA CENTRAL COM A REURBANIZAÇÃO DO CALÇADÃO”, sendo cumprida a condicionante, encerra a reunião, agradecendo a presença de todos. Nada mais sendo dito, eu, Clelia Witt Saldanha, secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata para que assinada surtam seus efeitos legais.

  
  
  
  
  
  
  
  
